

“PLANEJAMENTO TERRITORIAL” E “ORDENAMENTO TERRITORIAL”: UMA BUSCA DA COMPREENSÃO USUAL E EPISTEMOLÓGICA NA GESTÃO DO TERRITÓRIO

“TERRITORIAL PLANNING” AND “TERRITORIAL ORDERING”: A SEARCH OF COMMON AND EPISTEMOLOGICAL UNDERSTANDING IN MANAGEMENT PLANNING

Augusto Guthiere Fialho Arruda¹

ARRUDA, A. G. F. “Planejamento territorial” e “ordenamento territorial”: uma busca da compreensão usual e epistemológica na gestão do território. *Akrópolis* Umuarama, v. 21, n. 2, p. 125-132, jul./dez. 2013.

RESUMO: Dentro do meio acadêmico, temos várias questões que ainda, em pleno século XXI, permeiam questionamentos em estruturas de base epistemológica, fazendo-nos pensar ou repensar a maneira que vemos e utilizamos conhecimentos concebidos em anos de pesquisa e/ou em inovações tecnológicas. Atualmente se percebe que alguns questionamentos que parecem óbvios, no sentido epistemológico, na clareza já concebida, se mostram ainda verdadeiros tabus quando se revelam em meio a textos técnicos e pesquisas acadêmicas. Ao estudar o território, diante de tantos pensamentos, não podemos deixar de entender todos os processos que balizam o território e por sua vez fomentam seus conceitos. As ações que levam o planejamento, e por fim, o seu ordenamento, diferenciam-se, dando subsídios para entender a dinâmica do território no que tange a sua formação sob o ponto de vista do poder político-administrativo e de seus respectivos gestores. Esse artigo tem como objetivo, levar e elevar o pensamento acerca do planejamento dos espaços nos municípios que são os objetos de maior interesse dentro do planejamento para findar num ordenamento, otimizando os trabalhos e levando diretrizes em termos técnicos. Compõem-se necessário a diferenciação dos termos, conceitos e atores para que se chegue em uma homogeneização do pensamento findando nos trabalhos e ações concebidas, saindo da subjetividade e dos vários valores dados a um determinado espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Planejamento; Gestão.

ABSTRACT: In the academic field, there are several issues that still, in the XXI century, permeate questions in basic epistemological structures, making us think or rethink the way we see and use knowledge conceived to years of research and / or technological innovations. At present it is possible to observe that some questions that seem obvious, in the epistemological sense, in the clarity ever conceived, even if true show when taboos are revealed amid technical texts and academic research. By studying the territory, before so many thoughts, we must understand all the processes that mark the territory and in turn foster their concepts. The actions that take planning, and ultimately your order, differentiate, giving subsidies to understand the dynamics of the territory when it comes to their education from the point of view of the political-administrative and their respective managers. This article aims to lead and elevate thinking about space planning in municipalities that are the objects of greatest interest to end on schedule in planning, optimizing and leading the work on technical guidelines. It is necessary to point the differentiation of terms, concepts and actors in order to reach homogenization of thought, concluding the works and actions concei-

¹Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestrando do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.
E-mail: guthierefialho@gmail.com

ved, leaving the subjectivity and multiple data values to a certain geographic area.

KEYWORDS: Territory; Planning; Management.

INTRODUÇÃO

Algumas questões sobre o estudo do território são temas ainda hoje abordados em salas de debates, dentro das academias ou fora dela. A dinâmica mundial modifica-se ao passo das necessidades e motivações levantadas pela sociedade. Avançar nos estudos sobre a gestão do território, desvendar seus novos processos de formação e configuração, ou até iniciar uma avaliação mais profunda sobre o tema, é de essencial providencia para acompanharmos toda a dinâmica envolvida e sobre tudo, detectar as ações sociais e qual sua participação ao longo de todo histórico de implicação científica na abordagem das ciências que subsidiam a análise do território.

Yves Lacoste, numa obra célebre dos anos 70, colocava de uma forma clara a sua reflexão: “a geografia serve para fazer a guerra”. Tal era o título dessa sua obra. Ruía assim o ponto de vista das ciências do território, da arquitetura e do planejamento territorial como ciências neutras ou puramente técnicas que não tendem a imparcialidade do seu manipulador.

Percebemos com a leitura de Lacoste, uma certa inquietação da academia que se mostra (ou deve se mostrar) contrária às ideias que fomentam a percepção de grupos especuladores, condicionadores, formadores do espaço quer seja ele urbano ou não. Essa preocupação na gestão do território não é apenas pelo ponto de vista da academia ser contrária as ideias dos condutores de políticas públicas, mas apontar as limitações e suscetibilidades de cada espaço, por sua vez concebendo bases para um pensamento de valor homogêneo e de interesse mutuo entre os respectivos gestores e os atores sociais que compunha o espaço a ser pensado.

Dentro de sua própria definição, o conceito de território perpassa pela posse, poder, apropriação. Toda e qualquer sociedade, seja ela humana ou não, tende a delimitar suas poses a fim de limitar as ações de seres estranhos à sociedade a que tal espaço pertence.

Para a ciência biológica, o território é definido como área de vivência de uma espécie animal. Já na Psicologia, são ações de espécies

ou indivíduos para a defesa de um espaço. O conceito de território pode parecer subjetivo, dependendo de qual método é utilizado para estudá-lo, mas é certo que passa pela ideia de apropriação de uma parcela geográfica por um indivíduo ou uma coletividade com um fim em comum.

Um dos primeiros estudiosos do conceito de território foi o geógrafo e etnólogo Friedrich Ratzel que conceituou o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado.

Para Diniz (2009), Ratzel sustenta que o Estado surge quando uma sociedade se organiza para defender seu território, sendo essa sua função primordial. Nesse sentido, ele pode ser tanto o Estado nacional contemporâneo (cuja origem se dá no século XVIII) quantas formas de organização política.

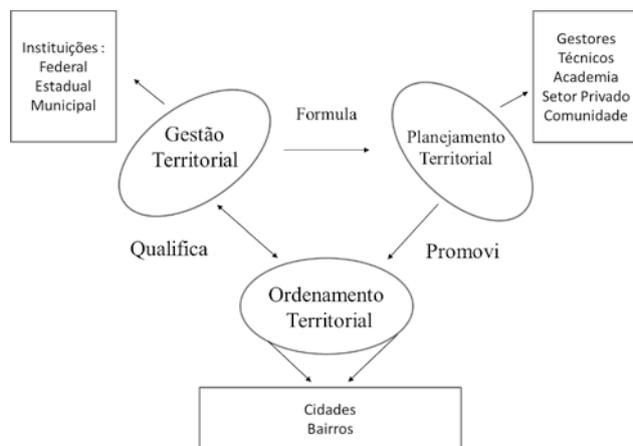
Na geografia tradicional, portanto, o conceito de território é usado para estudar as relações entre espaço e poder desenvolvidos pelos Estados, especialmente os Estados nacionais que atualmente são os reguladores e maiores interventores do espaço quando percebemos assim suas delimitações.

Para Haesbaert (2009), os estudos atuais utilizam vários conceitos de território, os quais se diferenciam por enfatizar mais uma dimensão ou outra das relações entre espaço e poder. Alguns enfatizam principalmente a dimensão material dessas relações (conformação de infraestruturais, planejamento urbano, etc.), enquanto outros podem enfatizar mais a dimensão simbólica (os locais sagrados de Jerusalém, por exemplo). Por fim, vale ressaltar que Haesbaert, não há e nem deve haver uma diferenciação rígida entre os conceitos de espaço geográfico e de território, já que as duas categorias são resultantes das variáveis que as formam. Os vários olhares e percepções atribuídas aos conceitos de território é que desperta seu estudo e nos leva a pensá-lo do ponto de vista do planejamento. Por passar pela definição de posse como um objeto, uma matéria que pode ou não, dependendo de sua característica levar à denominá-lo “indestituível”, ou até mesmo material, sendo mercado que dá margem às especulações, implicando em transformações que influenciam e são influenciadoras do modo de vida do próprio usuário e “proprietários” do espaço. Pensar no território como espaço que necessita elencar seus reais interventores e seus reais balizadores para que todas as ações que fundamentam o

planejamento e leva excelência ao modo de vida de quem está sob tal plano. Sabe-se que chegar a um denominador comum acerca de padrão de planejamento é algo utópico e inviável frente à tantas especificidades, variáveis sociais e sobretudo, a valoração do espaço no ponto de vista dos gestores, contudo organizar o pensamento e os métodos que trabalham o planejamento do território é muito oportuno, pois ajudará em análises futuras sobre conceitos de organização e formação do espaço geográfico.

GESTÃO, PLANOS E ORDEM

É sabido que quando se fala de planejamento territorial se refere também a um entendimento de gestão para que se chegue à eficiência e aos objetivos que tal planejamento tem como parâmetros. Planejamento Territorial se mostra numa escala da gestão, se posicionarem uma plataforma advinda na estrutura da gestão propriamente dita. Fomenta todas as ações que implicarão em um ordenamento territorial e seus agentes envolvidos.



Elementos e agentes remodeladores do território, 2012.

Facilmente se percebe pelos elementos traçados no organograma acima os desdobramentos e interações dos vários atores, de vários níveis e escalas, no fomento de uma gestão territorial, havendo uma integralização dos elementos, coexistindo, dentro do prisma do planejamento, contudo para que haja uma gestão em excelência, o enfoque sempre passa pela escala municipal, pois não se pode afirmar que uma gestão que supri as necessidades, no que tange ao ordenamento, sem perceber as necessidades das cidades atinentes, e abranger a flui-

dez nos processos que relacionam a formação e sua respectiva gestão. Em 1969, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um das primeiras atividades do órgão foi promover a divisão territorial regional do País em cinco (5) regiões que foram separadas por características físicas, culturais e econômicas com o propósito de ajudar as interpretações estatísticas, implantar sistemas de gestão de funções públicas de interesse comum ou orientar a aplicação de políticas públicas dos governos federal e estadual. Não estamos aqui questionando o trabalho diagnóstico feito pela equipe oficial de geografia do país, contudo a indagação fica: Até onde, e quais as implicações desta divisão a partir dos parâmetros que foram regimentados para dar formato atual, tem e/ou teve na “otimização” da gestão do território nacional? Quais são os parâmetros que são realmente necessários para se chegar uma matriz de ordenamento territorial que seja eficiente perante as tantas especificidades sociais, econômicas de uma nação de dimensões continentais como o Brasil? Não queremos aqui nos ater a esse diálogo, mas repensar e formar debates são formas de averiguar se realmente a gestão territorial no país é considerada satisfatória a exigências espaciais de cada localidade dentro de nosso território.

Ainda na compreensão da hierarquia, mais ultimamente, as atribuições elencadas para se chegar a uma gestão excelente, atribui valor ao agente mais interessado no ordenamento: A comunidade local. O termo “Planejamento Participativo” surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas várias escalas de organização, dando possibilidade aos vários atores que compunha os níveis de atribuições e atuações dos mesmos.

Quando estudamos planejamento, de um modo mais específico, como planejamento territorial, as instituições governamentais, sobretudo no nível Federal, dita as bases para chegar à um plano no nível municipal que atenda as especificidades locais, e aglutinando em uma plataforma única em nível nacional.

Contudo, planejar, orçar e gerir a ação pública a partir de uma perspectiva territorial não é uma tarefa simples, requer, dentre outras coisas, um “diagnóstico” compartilhado por parte dos atores governamentais acerca dos principais problemas enfrentados pelo País, bem como da sua distribuição e configuração em termos espaciais, e uma estreita articula-

ção intra e inter-governamental nas ações de enfrentamento daqueles problemas.(MPOG-Brasil,2008).

O sentimento de planejar um território se evidenciou em uma necessidade eminente frente a tantos problemas formados a partir de uma organização ou uma comunidade a fim de dar vetores que norteavam as ações administrativas. Os planos Nacionais a priori, de forma global, se revelaram ineficazes num dado momento da história do planejamento. Atendiam, em primazia, à interesses das classes mais abastadas ou do poder local, que muitas das situações não atendiam a demanda de senso maior, afortunando os problemas de ordenamento já existentes, fomentando a existência de outros e implicando no social.



Figura 1: Exemplo de Planta de cidades Feudais (Idade Média).

Um exemplo bem típico do que está sendo discutido, são as organizações feudais (Figura 1), que historicamente são formadas pelo pressuposto de que as classes abastadas ficariam no centro do território, dando origem à expressão “espaço marginal”, ou à margem do território central. O clero (poder máximo da Idade Média), nobres (compostos pelo poder político) e burgueses (poder econômico) no centro, enquanto que os camponeses residiam de forma radial ao centro, símbolo do poder. A questão da gestão do território, por muitos anos, dentro da ciência se mostrou certo incômodo, pois para os muitos autores que trabalhavam o tema, a conjuntura da formação dos territórios sempre passava pela perspectiva do poder. Em outras palavras, as ciências que subsidiavam as políticas de formação do território, sempre intitulavam neutras e adjacentes as verdadeiras intenções

que findavam na formatação dos grandes centros urbanos.

É cada vez mais evidente que não podem existir território sem uma especulação provinda de ideais (intenções), e que qualquer território potencializa conteúdos estratégicos políticos. As investigações feitas sobre o modo de apropriação espacial permitiram uma melhor compreensão dos problemas da exclusão social, da “esgotabilidade energética”, obtenção de recursos e intervenções sociais. Evoluíram as concepções sobre a paisagem e modificou-se também a percepção de natureza e seus elementos. Esta metamorfose levou a abandonar a uma percepção mecanicistas do território induzidas pela idéia simplória de causalidade, levando em conta também, variáveis que devem ser estudadas na gestão territorial.

TERRITÓRIO E SUAS VARIÁVEIS DE ESTUDO

Muito dos pensamentos que envolvem o estudo das “territorializações” sempre está intrínseco as mobilidades, as políticas de desenvolvimento e crescimento como também analise das mudanças concebidas em áreas rurais e urbanas. De fato o conceito mecanicista não conta mais de tantas variáveis que são reveladas quando se aborda o território. Sendo assim, tais variáveis podem apontar a real complexidade que distingue o planejamento. Chegar a uma matriz de ordenamento territorial, atualmente parece ser salutar em algumas situações, principalmente quando se fala de municípios que estão próximas áreas de proteção e unidades de conservação com a finalidade de padronizar as ações de áreas que são mais vulneráveis às ações antrópicas, levando à eficiência dos trabalhos.

Os planos diretores, que são documentos oficiais de desenvolvimento, que articulam uma eventual expansão urbana, demonstram ser eficazes no ponto de vista técnico e ideológico. São feitos dentro de uma estrutura padrão, objetivando a excelência no que tange a expansão urbana, todavia o caso de países como Brasil, desloca, mesmo que parcialmente, as veementes intenções do documento que deveria ser vetor para o crescimento e articulação de um dado município. Isso põe em cheque sua eficiência. A padronização do pensamento que forma as idéias do documento revela um não

comprometimento com as especificidades intrínsecas e específicas que cada espaço elabora na variação do arranjo dos elementos que são constituintes.

De acordo com Lei Nº 10.257, do Estatuto das cidades, Cap. I Art. 2º, cita:

A política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes [...] (MCC - Brasil, 2001).

Parece bem simplório dar uma definição de um documento que é feito com características e forma de diagnóstico por profissionais bem gabaritados, contudo os objetivos, em linhas gerais, é realmente subsidiar a gestão do território urbano.

Foucault (2005), ao fazer uma análise dos textos de Jeremy Bentham, “*O Panóptico*”, nota a importância de levar a inserção de alguns instrumentos topológicos à discussão da gestão do território. Os vários dispositivos que envolvem tal assunto, levam os estudos de formação e planejamento do território a patamares mais elevados. Aliar tal instrumento auxilia na evolução do pensamento de causa e efeito nos estudos do território e põe as especificidades do mesmo como ponto de partida que apóia gestão.

Envolve diversas áreas do conhecimento, promovendo perspectivas, abrindo a possibilidade de várias abordagens de um sistema complexo por ser cheio de variáveis e conjunturas múltiplas. A importância da interdisciplinaridade na gestão é fator que não se pode descartar da pauta que envolve o debate sobre a categoria território. A ciência geográfica se mostra pronta e em certo progresso para estudar as questões que envolvem a ciências do território por estar aberta e por ter abordagem interdisciplinar não se fechando à métodos e ideias fechadas.

Henri Lefebvre (1974), mostra a importância das decisões tomadas na formatação do território. As estruturas que balizam a análise do território são condicionantes e efeitos dados de microssistemas envolvidos na formação e funcionamento do território.

Para Rodrigues (2005), as ações decisivas do território, do urbanismo e da urbanização territorial, como a substância que molda percursos e trajetos de comportamentos sociais e individuais. É importante atinar que o movi-

mento também é recíproco e contrário, pois em diversos casos, a formação do território é dado por aspectos já existentes em uma sociedade, rompendo com padrões encontrados em muitas gestões, pois trabalha com a pluralidade socioeconômica de uma dada comunidade. Por existir essa pluralidade de condicionantes de formação e arranjo do território, tornam as ações complexas por tratarem de variáveis múltiplas, podendo acrescentar valores subjetivos a estrutura do planejamento na aplicação da gestão. Ao discutir sobre a problemática da gestão territorial, Jean Tricart (1977) em sua obra “*Ecodinâmica*”, fala acerca das dadas limitações e potencialidades do território na percepção de quem condiciona os vetores da gestão. O autor destaca a gestão num ponto de vista integral. Os estudos que fundamentam a gestão devem-se atinar para as intercessões intermunicipais para que haja gestão, de forma plena, abrangendo outra escala do território. É de verdadeira importância ressaltar que os métodos apontados por Tricart (1977), são de real valor. Ao elaborar uma análise agrológica, o autor não só se deteve as possibilidades e limitações, contudo percebe-se que o estudo tem uma profundidade de análise dos sistemas que regem e subsistemas que operam dentro do microssistema que é o próprio espaço. Essa hierarquia de organização consegue abarcar toda a conjuntura sócio-organizacional do espaço, pois leva ao gestor uma percepção mais detalhada, levando a inserção de toda a complexidade atinente à fundamentação e bases para o planejamento territorial.

Para permitir ao poder decisório desempenhar seu papel e chegar à escolha, a equipe de técnicos deve efetuar, ainda, os três procedimentos: 1º Apresentação dos diversos tipos de administração e manejo possíveis, mostrando claramente suas vantagens e inconveniências; 2º Classificação das regiões em função dos problemas da gestão do território (Tricat, 1977, p. 69).

Entender e identificar acertos e equívocos da administração do território em questão, percebendo se as políticas adotadas estão em intercessão com a legislação específica e se consegue abarcar as necessidades em comum de todos os atores envolvidos.

Quando se estuda um determinado espaço, não se pode trabalhá-lo do ponto de vista territorial que obedece a limites impostos por

seus gestores (divisões administrativas). A dinâmica natural é independente. Todos os processos que envolvem a dinâmica vão estar ativos, e por isso que a gestão deve amparar tais processos embora não estejam em sua área jurisdicional relatada ainda na Lei Nº 10.257, do Estatuto das cidades, Cap. I Art. 2º, inciso VIII:

[...]adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;[...] (MCC - Brasil, 2001).

Ainda dentro dos procedimentos que compunha as regiões em função do problema, o autor nos leva a perceber o território do ponto de vista dos sistemas produtivos que existem no território. Como esses sistemas interferem no meio? Por sua vez resultam em uma otimização da gestão territorial? Essas indagações podem revelar a valoração de uma determinada área e essa apreciação pode ser responsável pela remodelação dos planos de gestão podendo definir outros objetivos que podem ser mais ou menos importantes no ponto de vista de todo o sistema e seus integrantes.

Finalizando os procedimentos de análise, Tricart também destaca as regiões marginais que do ponto de vista do autor são desmerecedoras de uma atenção no que tem haver a gestão. Em alguns casos pode haver certa lógica e racionalidade no descaso dessas regiões, porém atualmente vemos que certas cidades que, anteriormente, não tinham como pauta de discussão seus vetores de crescimento, hoje já repensam suas regiões marginais. No caso da cidade de Maranguape – Ceará, Brasil - que cresce entre o rio Maranguape e a serra do Maranguape, ou seja, disposições de unidades geomorfológicas, por sua vez sendo áreas de proteção ambiental levando os respectivos gestores a pensar para onde deve redirecionar o crescimento da cidade, que é eminente. Outro exemplo é o da cidade de Paracuru – Ceará, Brasil (cidade litorânea), que possui áreas de proteção ambiental margeando a cidade. Se não houver uma preocupação antecipada desta questão para tais cidades, podemos futuramente nos deparar com situações que concretamente acometeram a sustentabilidade não somente nos projetos de gestão, mas também nos processos morfodinâmicos por se

tratar de uma área de zona costeira com existência de campo de dunas a Leste, e uma área estuarina do rio Curu, à Oeste.

As áreas marginais merecem, dependendo da situação, um olhar como também regiões compósitas, mencionadas por Tricart na sua obra. Existem várias questões levantadas sobre tais regiões, pois para não auferir desdobramentos que causem disparidades, mais do que nunca, os planos de gestão devem discorrer sobre tal ponto, pois caso contrário pode desenrolar empecilhos na ordem de jurisprudência na gestão e planejamento das regiões que por não estarem bem definidas, levando à embates entre gestores adjacentes que por questões políticas não remetem as devidas responsabilidades na valorização e manutenção do território para suas atribuições, por ainda termos uma concepção medieval dos regiões marginais e compósitas. Não queremos aqui refutar as apreciações e contribuições do celebre autor, mas sim complementar suas ideias, pois a situação atual difere das dinâmicas por ele contempladas. Possuem a mesma base, contudo as causas e consequências podem ter mudado no decorrer dos tantos processos pelo dado território sofrido.

Dentro deste desenrolar de conceitos que envolvem a temática, que antes de mais nada é imprescindível que se note a tipificação das áreas que vão passar pelos processos que rebuscam a gestão dos territórios.

A questão da subjetividade também se aplica por atribuir valor ao território. Esse valor é condicionado pelo convívio, pela história, pela devida interpretação dada ao lugar que finda no território por adicionar valor agregado, quer seja ele valor econômico ou afetivo. Atribui-se um maior cuidado na análise do território ao se detectar existência de recursos que adicionam valor ao território implicando na elaboração de postulados da gestão que iram motivar as ações dos respectivos gestores.

Podemos exemplificar de forma bem categórica tal valorização quando falamos de territórios costeiros. No caso o recurso aqui valorizado, é o que está atrelado o da paisagem e todos seus atributos que agregam valor. Cerca de 2/3 da população mundial estão alocados a menos de 50 km da linha de costa (separação do continente e oceano) ONU, 2000. Grandes partes dos estudos de impactos ambientais, atualmente, estão voltados para investigar as relações do homem e suas ações em espaços cos-

teiros. Isso por haver, notoriamente, uma maior intervenção humana nessas áreas sendo diretamente proporcional aos impactos oriundos da relação “intervenção humana” e gestão/planos ineficientes.

Por serem áreas valorizadas, os movimentos migratórios para estas áreas são inevitáveis. Todos esses atrativos, impulsionam tais movimentos que por sua vez, levam os indivíduos a estarem se alocando, implicando em mais demanda de serviços. Toda essa conjuntura leva a necessidade de uma organização que requer planejamento, principalmente por se tratar, eventualmente, de um município que dará fundamento a aparelhos e instrumentos de subvenção à população e suas novas necessidades, impulsionadas pela valoração dos recursos que deram início ao processo de “turistificação”.

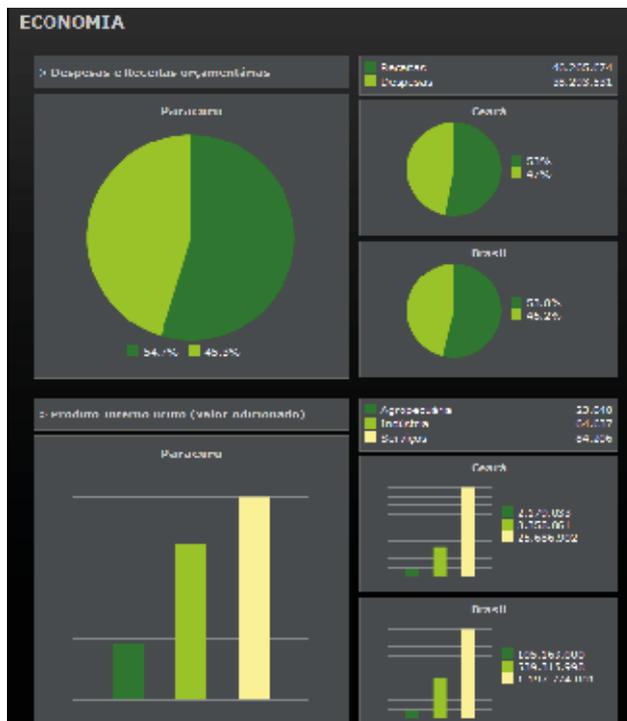


Figura 2: Gráfico de Receita e Despesas do município costeiro de Paracuru, CE – Brasil, IBGE, 2010.

O setor de serviços e comércio (setor terciário) são os que possuem maior crescimento (Figura 2), sendo assim possuem maior demanda de mão de obra. O gráfico acima, confeccionado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia esse crescimento no município de Paracuru, Ceará, levando a subsídio de estratégias que conduzam a formatação dos territórios costeiros, pois o crescimento de um dado município é dado por uma evolução influenciada pela evolução econômico-social,

a qual é condicionada pela estrutura do capital em formar demandas de consumo e nortear as necessidades, influenciando verdadeiros impactos sociais e também de caráter ambiental. O processo de “turistificação” tem sido um dos grandes responsáveis pela demanda de adequação das cidades a novos aparelhos que são influência da presença do capital nas atividades turísticas, principalmente, de cidades de médio e pequeno porte. Com isso, o arranjo desses municípios tem sido um problema não previsto e levado como apto a ser remediável e não ao prevenido e discutido com os elementos que são atuantes no processo de formação, reformação e arranjos das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diantedesta pesquisa foi possível por meio desta pesquisa bibliográfica foi possível analisar os vários conceitos elaborados por diferentes autores que se dedicam a estudar o território e aprofundar suas bases, e pode-se inferir que dentre as referências estudadas até o momento há uma inquietação para levá-la a ser intercessora da dinâmica ambiental e todos os atores que ela compõe.

A gestão é eminente nessas áreas por produzirem mais e atrair mais pessoas pelas suas atividades e novas demandas. Caso contrário, os problemas de ordem sociais e ambientais, que estão presentes em alguns municípios no Brasil, serão notoriamente nocivos e despediram mais dos gestores e municípios em questão com o fim de sanar possíveis resultados inesperados por conta de um planejamento inadequado que não atende as especificidades do objeto.

Todas as variáveis que são contempladas e que integram o estudo do território, feitas de maneira compromissada às necessidades, são capazes de alcançar as especificidades que o planejamento intenta impetrar. A distinção e hierarquização contribuem de maneira salutar e transcende as bases epistemológicas do planejamento do território. Apesar de levar as análises a uma interdisciplinaridade, por ter tantos conceitos que antes pareciam autônomos, contudo diante o debate, revela que há possibilidade de interação para se chegar ao ordenamento e conceber formas de viáveis de preservação ambiental, satisfação social e econômica remetendo as bases de uma sustentabilidade e graduando as gestões nas mais diversas escalas.

REFERÊNCIAS

A PÁGINA da educação. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=146&doc=10901&mid=2>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRASIL. Lei nº-10.257, de 10m julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

DINIZ, L. L. F. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: IBPEX, 2009. (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia, 6), p. 67.

_____. Curitiba: IBPEX, 2009. (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia, 6), p. 131.

FOCALT, M. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L. L.; SILVA, M. (Org.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009.

LACOSTE, Y. *La géographie çasert, dabord, à fairelaguerre*, Paris: FM petitecollectionmaspero, 1976.

LEFEBVRE, H. **Le droit a la ville**. Ed. Seuil, 1974.

LIVRO aberto. Disponível em: <http://livroaberto-01.blogspot.com/2011_03_01_archive.html>. Acesso em: 10 set. 2012.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN, 1977, p. 68-78.

VISIÃO agroecológica. Disponível em: <<http://visionagroecologica.blogspot.com/2010/05/diagnostico-agroecologico-de-sistemas.htm>>. Acesso em: 18 maio 2012.

“PLANIFICACIÓN TERRITORIAL” Y “ORDENAMIENTO TERRITORIAL”: UNA BÚSQUEDA POR LA COMPRENSIÓN USUAL Y EPISTEMOLÓGICA EN LA GESTIÓN DEL TERRITORIO

RESUMEN: Entre el medio académico, tenemos varias cuestiones que, todavía, en pleno siglo XXI, permean cuestionamientos en estructuras de base epistemológica, haciéndonos pensar o repensar la forma que vemos y utilizamos conocimientos concebidos en años de investigación y/o en innovaciones tecnológicas. Actualmente se percibe que algunos cuestionamientos que parecen obvios, en el sentido epistemológico, en la claridad ya concebida, se muestran todavía verdaderos tabús cuando se revelan en medio a textos técnicos e investigaciones académicas. Al estudiar el territorio, delante de tantos pensamientos, no podemos dejar de entender todos los procesos que balizan el territorio y por su vez fomentan sus conceptos. Las acciones que llevan la planificación, y por fin, el ordenamiento, se diferencian, dando subsidios para entender la dinámica del territorio en lo que tañe su formación bajo el punto de vista del poder político administrativo y de sus gestores. Ese artículo ha tenido como objetivo, llevar y elevar el pensamiento acerca de la planificación de los espacios en los municipios que son los objetos de mayor interés dentro de la planificación para terminar en ordenamiento, optimizando los trabajos y llevando directrices en términos técnicos. Se componen necesario la diferenciación de los términos, conceptos y actores para que se llegue a una homogeneización del pensamiento, terminando en los trabajos y acciones concebidas, saliendo de la subjetividad y de los varios valores dados a un determinado espacio geográfico.

PALABRAS CLAVE: Territorio; Planificación; Gestión.